

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE PESCADO

Data: DATA: 23/02/2011 – 09h00;

Local: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
Auditório do Instituto de Economia Agrícola - IEA
Av. Miguel Stefano, 3.900 - Água Funda - São Paulo - SP

Presentes: Ademir Mashio (Secretaria da Agricultura Santa Fé do Sul); Alexandre Mendes (CATI/ Campinas); André Luiz S. Camargo (ANPAP); Andrea R. B. Ribeiro (Câmara Setorial/Codeagro/SAA); Antônio Marchiori (CATI/Ubatuba); Carlos Eduardo V. B. Siqueira (SFPA-SP/MPA); Claudia A. Tavares (Superv. Geral Abastecimento Munic. SP); Claudia Terdinan Schaalman (Secretaria do Meio Ambiente); Edison Kubo (Inst. Pesca); Flávio Santana Garcia (Superv. Geral Abastecimento Munic. SP); José Ciaglia (Sind. dos Armadores de Pesca do Est. de SP); Joyce Taveira dos Reis (SFPA-SP/MPA); Lauro P. J. Paes (Câmara Setorial/Codeagro/SAA); Leinad Ayer (Ministério da Pesca e Aquicultura); Luiz M. S. Ayrosa (APTA/Médio Paranapanema); Luiz F. Beringui (Colônia Z13); Manuel dos S. Braz Filho (ABRACOA); Marcos Aureliano S. Cerqueira (APTA – Instituto de Pesca); Marilisa Patrício Fernandes (Prefeitura Mun. De Santa Fé do Sul CIMDESPI); Matheus S. Souza (SFPA-SP/MPA); Maximiliano Leonello Junior (Vilagro); Maximiliano Miura (IEA/SAA); Nicolau Arcaro (IBGE); Omar Makanse (Aquanar); Rafael Estupinham Araújo (SMA-SP); Ricardo Louzana (CODETEPA/ Prefeitura do Guarujá); Roberto Imai (SIPESP); Sandro G. C. Britto (CAUNESP/Jaboticabal); Sergio Luiz Tutui (Inst. Pesca/SAA); Tsuneo Okida (Fed. de Pescadores do Estado de São Paulo); Wander M. C. Dias (Câmara Setorial/Codeagro/SAA)

Pauta

1. Abertura;
2. Encaminhamentos da última reunião da Câmara Setorial de Pescado;
3. Encaminhamentos da reunião com o Secretário do Meio Ambiente;
4. Avanços no licenciamento ambiental da Aquicultura do Estado de São Paulo;
5. Organização de feira do setor de Aquicultura e Pesca;
6. Pesca Amadora e Esportiva;
7. Fechamento da pesca profissional pela ONG Peixe Amarelo – Rio Paranapanema;
8. "Manual de Piscicultura"- CATI;
9. Workshop de Programação de P&D em Aquicultura nos Pólos Regionais da APTA – 2010;
10. Outros assuntos;
11. Encerramento.

Tópicos Discutidos:

O Sr. Nelson Staudt iniciou a reunião desejando um feliz ano a todos e ressaltando que esta cadeia produtiva tem demonstrado grande potencial de crescimento, cabendo a Câmara Setorial de Pescado pontuar as questões que limitam o setor e determinar e elaborar os encaminhamentos necessários.

Em relação aos encaminhamentos da última reunião o Sr. Nelson pontuou que foi solicitada à Secretaria do Meio Ambiente - SMA a indicação de dois representantes, estando presentes na reunião a Sra. Claudia Terdinan Schaalman e o Sr. Rafael Estupinham Araújo. Agradeceu então a presença de ambos e comentou ser muito importante esta relação da SMA com o setor produtivo.

Em seguida o Sr. Manuel Braz relatou que esteve em reunião com o Sr. Bruno Covas, Secretário do Meio Ambiente, o Deputado Federal Mendes Thame, e o presidente da Colônia de pescadores de Barra Bonita, Sr. Edivando S. de Araújo, para discutir a questão do Decreto no 53.494 que proibiu a pesca de determinadas espécies. Ressaltou que o Sr. Bruno Covas sensibilizou-se com a questão e se propôs a fazer uma revisão no referido decreto assim como sinalizou o estudo detalhado da questão do licenciamento para o setor. Dando seqüência aos encaminhamentos da última reunião desta Câmara Setorial, ainda em relação ao licenciamento ambiental, o Sr. Manuel Braz relatou que realizou reunião com Sr. José Fontes, Coordenador da CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, e este indicou a possibilidade de apoio pelo órgão aos projetos de licenciamento ambiental, especialmente da aquicultura familiar, desde que seja alterada a Resolução SMA no 26 de 30-03-2010. Isto poderia ser feito, uma vez que a Resolução no 26 não leva em consideração a

Resolução do Conama no 413 que coloca a aqüicultura como atividade de baixo impacto. O Sr. Manuel Braz lembrou que foi enviado por e-mail a todos os representantes da CS de Pescado um resumo executivo dessa reunião realizada na CATI com o Sr. Fontes. A Sra. Claudia Schaalmann sugeriu que fosse convidado um representante da CETESB, órgão responsável pelo licenciamento ambiental, para comparecer às reuniões desta Câmara. Dando continuidade à reunião, a Sra. Leinad Ayer relatou que esteve presente na reunião entre o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin e a Sra. Idelli Salvatti, ministra da Pesca e Aquicultura, no dia 8 de fevereiro de 2010 e gostaria de pontuar os principais assuntos discutidos. Comentou que a senadora Idelli Salvatti assumiu o Ministério da Pesca no dia 1º de janeiro e ainda está organizando sua equipe, mas tem feito reuniões em todos os estados, elaborando assim um diagnóstico do setor. Em relação à reunião com o governador, a Sra. Leinad Ayer explicou que antes da reunião a Ministra reuniu-se com o setor pesqueiro e com representantes do PT, seu partido político, para entender as necessidades e demandas do setor paulista e, quando com o governador, já possuía um diagnóstico do setor. Relatou que o tom da reunião foi muito construtivo, estavam presentes também três secretários nacionais do governo federal, o de Aquicultura, de Monitoramento e Controle e o de Infra-estrutura e por parte do governo estadual, além dos secretários do Meio Ambiente e de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, estavam o comandante da polícia ambiental e o diretor da CETESB. O governador ressaltou que seu pai foi um pesquisador da área e que entende a importância do setor, pretendendo dar todo apoio para a cadeia. Segundo a Sra. Leinad Ayer, a fala da ministra ficou centrada no licenciamento ambiental e na interrupção da importação de pescado pelo Estado de São Paulo, uma vez que este produz apenas 20% do que consome. O governador sensibilizou-se tanto para a agilização do processo do licenciamento, como também, em relação à questão de incremento da produção de São Paulo, interrompendo esse processo negativo de importação. Durante a reunião foi também evidenciada a questão tributária, ressaltando-se que esta representa uma parte mínima da arrecadação do Estado. Então se decidiu que a superintendência de SP daria continuidade a esses processos fazendo uma análise aprofundada sobre a questão da isenção. Explicou também que outro ponto incluído na pauta antes da reunião, seria pedir ao governo de São Paulo que criasse uma Diretoria ou Coordenadoria que pudesse centralizar as questões referentes à pesca e aquicultura no Estado, todavia, após a reunião da Ministra com o setor ela considerou que este não fazia sentido, pois não pareceu ser um consenso do setor, assim, ela solicitou ao governador que fortalecesse as instâncias que já existem do Estado, o Instituto de Pesca, a CATI e a APTA.

A Sra. Leinad Ayer ainda relatou que reconhece que a demora do Ministério da Pesca em instituir políticas de ordenamento nacional para o setor, é traduzido primeiramente, no enorme número de carteiras de pescadores profissionais, fazendo com que os nossos rios já não comportem um número tão grande de pescadores. Ressaltou que o Ministério estará, durante este ano, desenvolvendo um processo de cancelamento de um número expressivo de carteiras de pescadores, que na realidade são falsos pescadores que não poderiam ter carteira. O outro ponto, esta relacionado com as permissões das embarcações pesqueiras. Pontuou que o ordenamento do uso das parelhas não foi realizado através de um debate com o setor, mas sim com um decreto do governador José Serra. Quanto a essa questão, a Ministra desculpouse e relatou que neste ano o Ministério dará posse para todos os comitês gestores dos rios federais em São Paulo, e pretende avançar na questão do licenciamento das embarcações e na definição das espécies. Esclareceu que a Ministra também disponibilizou ao coronel Nomura uma lancha de fiscalização e que a idéia é realizar um termo de cooperação com a polícia ambiental, federal e com a marinha para desenvolvimento e ajuda na fiscalização da pesca marinha do Estado. Em relação à aquicultura o Governador, em contrapartida, pediu a liberação dos recursos de dois convênios, um para a elaboração do "Censo de Águas Continentais" e o outro para "Plano de Manejo de Moluscos Bivalves", projeto do Instituto de Pesca que está interrompido. A Ministra concordou, relatando que a partir de março, com a liberação do orçamento da união, autorizará a liberação desses dois recursos. Em relação à aquicultura, está sendo elaborado um procedimento, alguns técnicos de São Paulo fizeram uma leitura crítica do documento, isso foi enviado ao governo federal que repassou à CETESB, que neste momento está analisando a resposta de Brasília para definir o procedimento a ser utilizado, que será o mesmo para os parques aquícolas, para as áreas aquícolas e para a aquicultura familiar de tanque escavado. A Sra. Leinad ressaltou que tanto o Governador como a Ministra acreditam que a licença prévia deva ser dada aos produtores. Em relação aos parques aquícolas, o governador se comprometeu em, juntamente com a Ministra, entregar os títulos, o que demonstra um apoio à aquicultura de São Paulo.

O Sr. Manuel Braz esclareceu que há um plano dentro desta Câmara para estabelecer grupos de trabalhos para redigir propostas de sistemas de produção aquícolas sustentáveis e que possam ser licenciados, dando subsídio à Resolução SMA no 026. Assim a principio, serão formados dois grupos, tanque escavado e tanque rede, e depois serão discutidos outras áreas também importantes. A idéia é chegar num produto que possa ser seguido pelos produtores e quem estiver seguindo esses procedimentos, estará adequado para ser licenciado.

O Sr. André Camargo alertou que a Resolução SMA no 026 não leva em consideração a resolução CONAMA No 413 e que foram quatro anos de trabalho para a formulação desta última. Acredita que haja uma desinformação da SMA em não usar a Resolução no.413 e que cabe a esta Câmara Setorial evidenciar isso à SMA. O Sr. Luiz Ayroza salientou que é inconcebível que seja publicada uma Resolução, elaborada no gabinete, e ninguém do setor seja ouvido, nem mesmo os técnicos e pesquisadores da SAA.

O Sr. Edson Kubo relatou que após conversa com o governador ficou acertado com representantes da SMA que haja uma discussão de reformulação dessa Resolução e que isso seria reencaminhado a Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SAA, especificamente ao Instituto de Pesca, para também fazer contribuições em relação às modificações da Resolução. Assim, acha importante o posicionamento desta Câmara, dando também apoio e subsídio junto ao gabinete, às sugestões realizadas pela SAA. Ressaltou ainda que é importante uma maior interlocução entre a SMA e a APTA, uma vez que já existem estudos e dados elaborados pelos órgãos do Estado, mas esta informação não está sendo utilizada. A Sra. Leinad Ayer comentou que a relação com a CETESB esta começando a ser construída, mas como o Governador e a Ministra sinalizaram a necessidade de licenciamento, isso terá que acontecer rápido. Ressaltou que até o momento os produtores de São Paulo não têm sido uma preocupação da SAA e o setor carece de políticas públicas. Comentou também que escreveu para o Partido dos Trabalhadores um artigo sobre a atuação do setor no estado de São Paulo, podendo disponibilizá-lo a quem interessar. Há ainda um outro estudo que teve o objetivo de sistematizar a aquicultura no Estado de São Paulo, utilizado para debater a situação atual do setor com a Ministra, e que várias pessoas presentes na Câmara Setorial participaram e fizeram sugestões. Esse material é público e pode também ser disponibilizado a todos.

Em seguida, o Sr. Manuel Braz propôs a elaboração de uma feira para o setor de pesca e aquicultura no sentido de movimentar o seguimento e proporcionar o conhecimento de inovações tecnológicas, equipamentos, produtos etc. Isso poderia dar maior visibilidade ao setor, não só para seus atores, mas também para o público em geral. Para isso gostaria de organizar um grupo para ficar responsável pela elaboração desta idéia. Em seguida, o Sr. Ademir Maschio, Secretário de Agricultura de Santa Fé do Sul, comentou que sua cidade já realizou por dois anos, em 2009 e 2010, a "Aquishow", feira que tem sido um sucesso. Neste ano a feira ocorrerá em novembro, e assim, colocou sua cidade à disposição para o desenvolvimento em conjunto com esse evento da Câmara Setorial. O Sr. Luiz Ayroza ressaltou que a APTA participa do "Aquishow", contribuindo com palestras e enriquecendo o evento. A Sra. Marilsa P. Fernandes explicou que na região existe um consórcio intermunicipal para o desenvolvimento sustentável da piscicultura que congrega seis municípios que são servidos pelo reservatório. Assim, as políticas são todas realizadas em conjunto, entre as prefeituras, para atender o setor. O Sr. André Camargo pontuou que essa feira pode ser apoiada pela Câmara Setorial. O Sr. José Ciaglia também comentou que a SAPESP junto à prefeitura do Guarujá, que tem uma diretoria de pesca em sua composição administrativa, já iniciou um estudo para um evento, em abril ou maio, que englobe o setor pesqueiro de forma geral e ampla. Em seguida, o Sr. Ricardo Lousana ressaltou que estrategicamente seria interessante que houvesse não apenas um evento, mas ao menos dois no ano. O Sr. Flavio Garcia lembrou a todos que em 2010 a Prefeitura de São Paulo organizou o SIMPESP – Simpósio sobre Pescado, e propôs que os eventos não ficassem restritos apenas à produção, pois precisamos estimular também o consumo. Ressaltou que neste ano haverá o evento novamente, no mês de setembro, e acredita que se estivessem lá também produtores, mostrando como o peixe é produzido, poderia ser muito interessante. O Sr. Roberto Imai comentou que o Sindicato das Indústrias de Pesca do Estado de São Paulo também planeja organizar uma feira onde se consiga reunir todo o setor que trabalha com pescado em um grande evento, como ocorre em outros países, aproximando o produtor ao consumidor, sendo interessante não vários eventos, mas talvez um único grandioso. O Sr. Manuel Braz sugeriu que um grupo de trabalho fosse formado para estudar e elaborar uma proposta sobre as idéias levantadas. A proposta foi aceita, ficando a Sra. Marilsa P. Fernandes como coordenadora desse grupo. Em relação ao sétimo item da pauta relativo a pesca amadora esportiva, a Sra. Alcione Balschechi, quem solicitou a inclusão deste assunto, não pode comparecer a reunião. Quanto ao fechamento da pesca profissional pela ONG Peixe Amarelo no Rio Paranapanema, o Sr. Edison Kubo explicou que a ONG encaminhou um projeto de lei ao governador para que fosse encaminhado à Assembléia. Explicou que esse é um projeto sucinto que simplesmente proíbe a pesca no rio Paranapanema, havendo perspectiva apenas para a pesca esportiva e amadora. Essa proposta foi encaminhada ao Instituto de Pesca - IP para que este elaborasse um parecer a ser encaminhado à assessoria jurídica do palácio. Em seguida, o Sr. Kubo leu o parecer elaborado pelo IP que concluiu que o projeto em questão não se justifica. O Sr. Manuel Braz sugeriu então que a Câmara Setorial enviasse um ofício em apoio ao parecer do IP. Todos os presentes concordaram.

Dando seqüência à reunião o Sr. Ayroza, pesquisador da APTA do Médio Paranapanema, apresentou o "Manual de Piscicultura", publicação que esta sendo elaborada a partir de uma demanda que surgiu após um curso realizado com 40 técnicos da CATI que atuam como extensionistas na área de piscicultura (Anexo 1). Explicou que o objetivo principal é capacitar e reciclar extensionistas na área de piscicultura. O Sr. Edson Kubo sugeriu que o manual fosse também disponibilizado na forma digital. A Sra. Leinad Ayer comentou que o Governo Federal fez um convênio com a Embrapa, que organizou bibliotecas sobre o tema de Aquicultura e Pesca, que estão sendo disponibilizadas nos telecentros marê, e que o Ministério de Desenvolvimento Agrário também possui um programa, "Baú das letras", que também disponibiliza livros para comunidades, existindo cerca de 16 unidades demonstrativas no Estado de São Paulo. Dando seqüência à pauta da reunião, o Sr. Ayroza apresentou os resultados do "Workshop de Programação de P&D em Aquicultura nos Pólos Regionais da APTA – 2010". Explicou que o workshop ocorreu no final do ano passado e foram criados três grupos, sendo ele o responsável por um dos grupos, que tem por objetivo trazer e formar a parte de políticas públicas estaduais de pesquisa e desenvolvimento dentro da Câmara Setorial. O Sr. Ayroza ressaltou que dos quinze pólos da APTA, onze deles têm pesquisadores na área de aquicultura, abrangendo 427 municípios. Relatou que durante o workshop foram determinadas três ações para P&D no estado de São Paulo: a elaboração de um programa de pesquisa e de um programa de identidade institucional e uma atuação na Câmara Setorial de Pesca para elaboração de políticas estaduais de aquicultura, sendo que para esta última ação estão responsáveis, além do Sr. Luiz Ayroza, os pesquisadores Gianmarco S. David e Denílson Burkert (Anexo 2).

A Sra. Leinad Ayer sugeriu que essas informações fossem enviadas para a CETESB, pois possivelmente eles desconhecem essas informações. Em seguida, o Sr. José Ciaglia pediu a palavra e comentou que a pesca de São Paulo esta perdendo espaço cada vez mais, isso por várias razões, desde políticas públicas até questões geográficas, entre outras. Ressaltou que esse processo se iniciou quando há alguns anos um outro Estado da união passou a oferecer vantagens fiscais e tributárias melhores que as de São Paulo, e uma boa parte da nossa produção migrou para lá. E ainda pelo fato de antes termos a área de atuação maior e hoje, depois de várias portarias e decretos, aproveitamento do solo para prospecção petrolífera, a pesca se restringiu a 1/3 do que era. Relatou que a área de atuação desta, esta descrita em um manual da Petrobras, sendo este entregue em mãos ao antigo Secretário do Meio Ambiente, Sr. Chico Graziano, que na época ficou surpreso por existir tantas áreas de exclusão. Ressaltou que este é o momento do estado de São Paulo recuperar o terreno perdido, e para isso é necessário apoio político. Explicou que foi com base no relatado acima que se criou a frente parlamentar da pesca e aquicultura. Comentou também, que em reunião com a Ministra Idelli Salvati, ela se comprometeu a conversar com o governo de São Paulo no sentido de identificar uma política que trouxesse algum proveito para o setor de pesca do Estado. Isso foi feito e agora o setor espera as ações. Explicou que fez uma pauta de assuntos a tratar nesta reunião, com o intuito de solicitar apoio da Câmara Setorial para o setor pesqueiro do Estado de São Paulo, considerando a pesca de uma forma geral, englobando aquicultura, maricultura, pesca extrativa, entre outras. Iniciou relatando que seria importante que a pesca industrial também fosse contemplada dentro desse estudo apresentado e proposto pela CATI. Ressaltou também que acredita ser de extrema importância a criação de um órgão executivo que atenda as necessidades da pesca. Outro ponto é que a Câmara Setorial peça a revisão geral das APAS, criadas pela Resolução no 69. O sindicato já fez uma demanda judicial quanto a isso, pois acredita que a criação destas foi feita de forma inconstitucional. Relatou que a frente parlamentar já pediu audiência com o governador e com a SMA para tratar sobre esse assunto e acha importante também o apoio da Câmara Setorial. Apontou também a necessidade de alterações na Resolução no 32 da SMA, resolução que atribui penalidades. Comentou que existe um dispositivo que deve ser acoplado às redes das embarcações para evitar a captura de tartaruga, chamado TED, que foi imposto há cerca de 20 anos para possibilitar a exportação aos EUA, e que nas últimas semanas foi presa uma embarcação pela ausência da TED. A embarcação foi apreendida pela Polícia Ambiental, que fez o alto de infração no valor de 2 milhões e 20 mil reais. Isso porque a embarcação estava sem o TED, mas nenhuma tartaruga foi apreendida no barco. Assim, é essencial que essa legislação seja revista.

A Sra. Leinad Ayer pediu a palavra e esclareceu que, em relação às APAS, o Ministério da Pesca através de sua Superintendência, foi um dos órgãos que de fato lutou pela estruturação da pesca industrial e artesanal, e entende ser fundamental que isso seja normatizado. Explicou que este é o período de indicações dos representantes do Ministério da Pesca e acredita que estes não devem indicar ninguém e sim solicite uma outra forma de participação e de discussão desses temas.

A Sra. Claudia Schaalmann, diretora de fauna silvestre da SMA, ressaltou que a Secretaria criou um grupo de trabalho para revisar aquele decreto que trata das espécies ameaçadas de extinção. Esse grupo incluirá representantes da Secretaria do Meio Ambiente, Polícia

Ambiental, Instituto de Pesca, Fundação Zoológico, de alguns aquários e dependendo da reunião outras pessoas serão convidadas. O objetivo é reunir e estudar todas as normas e legislações sobre o assunto, tentar revogar aquelas que não são de uso e estabelecer uma norma específica para pesca a ser usada em São Paulo. Quanto ao licenciamento ambiental, acredita que os técnicos da CETESB possuem competência para tratar desse assunto e pediu paciência, pois há inúmeras demandas, de várias áreas, além do atendimento ao público, ou seja, essas soluções podem estar sendo feitas, mas muitas vezes não ao contento de todos. Em relação à Resolução no 32 que regulamentou o Decreto Federal no 6.514, a Sra. Claudia Schaalmann explicou que o Estado não poderia ser menos restritivo que uma norma federal, assim, não poderiam deixar de aplicar algo que já está estabelecido por norma federal. Assim, ponderou que cabe uma reflexão maior, uma vez que as mudanças precisam ser feitas na legislação federal.

Em relação à fala do Sr. José Ciaglia, o Sr. Luiz Ayroza pontuou que muitas das questões levantadas evidenciam uma falta de integração entre os técnicos da Secretaria de Agricultura e da Secretaria do Meio Ambiente, e que as resoluções e decretos estão sendo elaborados à revelia, no gabinete, com pessoas que não estão envolvidas com o seguimento. Em seguida, parabenizou a Secretaria do Meio Ambiente por ter enviado pela primeira vez um representante à reunião da Câmara Setorial e que espera que nas próximas, haja também a participação de um responsável pelo licenciamento ambiental da CETESB. O Sr. Antonio Marchiori ressaltou que é muito importante a capacitação de técnicos que possam estar mais próximos para atender os produtores na região litorânea, e lembrou que a CATI ainda tem cerca de 200 técnicos para serem chamados do último concurso, todavia o critério que pretende-se utilizar para alocar os técnicos é baseado no LUPA, que no entanto não inclui os dados referentes à pesca no litoral. Assim, devemos mostrar a importância do litoral e da necessidade de alocar técnicos para essa região. Com relação à questão das APAS, acredita ser importante fortalecer o colegiado dos territórios pesqueiros e também trazer o Ministério Público para mediar essa questão. Falando em nome não apenas da prefeitura mas também do colegiado territorial do litoral o Sr. Ricardo Louzana propôs que fosse convidado um representante de cada um dos três territórios, Noroeste Paulista, Vale do Ribeira, e Litoral Centro Norte para participarem das reuniões desta Câmara.

O Sr. André Camargo lamentou que a Ministra não tenha entendido a necessidade de se criar um órgão executivo para o setor, e aproveitou para convidar a todos para participarem de uma reunião que ocorrerá no dia 12/03/2011, em Buritama, onde os produtores pretendem conversar e discutir os problemas enfrentados pelo setor. Sugeriu também que, em relação à obrigatoriedade do uso da TED para evitar a captura de tartarugas, que é uma legislação federal que iniciou há muito tempo, mas que hoje não condiz com a realidade, que aproveitando a presença da Sra. Leinad Ayer, seja solicitada uma revisão desse instrumento. A Sra. Leinad Ayer indicou que a Câmara Setorial solicitasse formalmente a revisão dessa legislação. Em relação ao licenciamento ambiental, ressaltou que se o governador pontuou que é para licenciar, os técnicos da CETESB devem cumprir. E em relação à reunião com a Ministra, voltou a esclarecer que naquela ocasião não houve um consenso em relação à necessidade da criação de um órgão executivo para aquicultura em São Paulo. Quanto à sugestão feita para a participação do Ministério Público, ponderou que deveríamos, a princípio, ter cautela, uma vez que os trabalhos estão sendo construídos e encaminhados.

O Sr. Nelson Staudt lembrou que ainda não foram formados os membros definitivos desta Câmara e que é importante divulgar a todos que têm interesse em participar das reuniões, para então formalizar os membros efetivos. Assim, sugeriu que os participantes enviassem indicações e sugestões de nomes.

O Sr. André Camargo pontuou que há várias pessoas que não sabem da existência desta Câmara e que, como nem todos têm acesso à internet, os convites poderiam ser enviados por correio. O Sr. Nelson Staudt concordou. Sem mais assuntos a serem discutidos o Sr. Manuel Braz encerrou a reunião.